

2. Problemática analítica

Discutem-se aqui, de forma sucinta, quatro aspectos gerais subjacentes à temática do livro: a crise geral vivida na globalidade do sistema-mundo em que se insere a África do Sul, a problemática da abordagem da escola do sistema-mundo, a polémica questão da queda tendencial da taxa de lucro enquanto motivador básico da actividade económica mercantil e, por fim, os actores sociais envolvidos no desenrolar da história recente da África do Sul. Em todo o caso, deverá ficar claro ao longo do texto que se dá, sistematicamente, primazia à abordagem do holismo metodológico¹⁴, embora se reconheça que aflorem aqui e ali, sempre que tal se justifique ou seja relevante para a matéria em discussão, considerandos que, num primeiro olhar, poderão relevar do individualismo metodológico.

2.1 Introdução

Indicadas as problemáticas analíticas, importa explaná-las com mais detalhe, designadamente a crise (e suas causas), o comportamento da taxa de lucro enquanto motivação fundamental das empresas e fenómeno das sociedades capitalistas, e as ideias de «centro», «semiperiferia» e «periferia», que são normalmente associadas à abordagem da «escola do sistema-mundo», tendo em conta o fenómeno da globalização.

Muitas têm sido as discussões apresentadas referentes à situação de aguda crise social e de estagnação (ou mesmo brutal retrocesso) no campo das actividades puramente económicas, em particular as de carácter mercantil, no que diz respeito ao continente africano em geral e da África Subsariana em particular. Aliás, a situação de crise generalizada em que se encontra a economia mundial tem dado lugar a muitas e diversas interrogações acerca das suas causas e natureza profunda. Neste trabalho, proponho investigar algumas dessas causas através da discussão crítica e análise de textos elaborados por diferentes autores, assim como através do debate da situação concreta de um determinado país e da sua inserção no sistema-mundo.

No que diz respeito à crise, que uns consideram estrutural (a maioria) e outros como sendo de ordem sistémica¹⁵, começo por assinalar que várias têm sido as explicações apresentadas para a crise social e económica de âmbito

¹⁴ Supõe que o comportamento do todo determina, em última análise, o comportamento das partes.

¹⁵ Entendemos por crise sistémica a crise cujas origens estejam no desenvolvimento natural do funcionamento das características intrínsecas (ou postuladas) ao próprio sistema, ao passo que uma crise estrutural corresponde 'apenas' à transformação na localização e circuitos de produção e distribuição da riqueza social.

mundial que nem todos reconhecem ou identificam enquanto tal (Fouquin & Pineye, 1995) ou, pelo menos, não com a natureza global que alguns observadores lhe atribuem. Alguns autores falam de pós-capitalismo, outros de recomposição da civilização industrial, outros ainda de mudança ecológica fundamental.

No caso que aqui em especial nos ocupa, a situação da África Austral em geral e da África do Sul em particular, parece poder dizer-se que a crise começou quando aí chegaram os efeitos das causas profundas que assumiram nos países do centro a forma das primeiras perturbações financeiras de 1967/68. O carácter inflacionário e não mais deflacionário da recessão generalizada a partir de 1974/75, a qual deu mesmo origem a algumas reflexões críticas sobre a natureza e validade do paradigma convencional em economia, com o alegado fim da Curva de Phillips (Trevithick, 1977)¹⁶, agravou e aprofundou uma crise da balança de pagamentos que, em breve, assumiria proporções para lá do controlo de países com as características e as dimensões dos países daquela região. Para Rabah Benakouche (1981) a crise, que para a generalidade dos países da África Subsariana continua por resolver a contento, teria resultado do fim da dinâmica de acumulação vigente desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Outros autores falaram aí simplesmente do fim dos «Gloriosos Trinta» anos (Stoffaes, 1991). A explicação das suas causas e da sua natureza não se encontrariam ao nível dos mecanismos monetários e financeiros, como pretendiam as correntes prevaletentes nas instituições como o FMI ou o Banco Mundial e, como é normalmente referido, primordialmente da responsabilidade dos governos dos estados em dívida, por via da sua indisciplina financeira. Penso que as causas (sistémicas ou mais profundas) da crise também não foram a ocorrência em simultâneo de alguns profundos desequilíbrios conjunturais, como pretenderam autores como Paul Samuelson ou Edmond Malinvaud (citados em Benakouche, 1981). Acrescentarei que não foram também as mudanças de carácter estrutural (a desindustrialização e/ou a deslocalização de indústrias) como parece ser a proposta de alguns outros autores (Stoffaes, 1991). Ainda segundo Rabah Benakouche, a origem da crise actual não está nem nas grandes ondas cíclicas, como sugeriu Ernst Mandel, nem no aumento do poder de negociação de alguns países do Terceiro Mundo, como pretendem autores como Paul Sweezy, Samir Amin ou Gunder Frank, mas antes de tudo na descoordenação ou incoerência dos sistemas produtivos nacionais, na ineficácia das políticas conjunturais e ainda nos modos de organização do trabalho. Em resumo, seguindo o mesmo raciocínio, podemos eventualmente concluir que, se houvesse, à escala do planeta, coordenação e coerência (um governo mun-

16 Curva que, num plano cartesiano, representa a relação inversa entre o desemprego e a inflação.

dial?), eficácia nas políticas conjunturais e harmonização nos modos de organização do trabalho, então, muito provavelmente, não teríamos crise.

Na busca e recensão das explicações normalmente encontradas para a crise em que se encontra a economia mundial de há umas décadas a esta parte, ficamos quase sempre com a ingrata sensação de estarmos permanentemente a reabrir portas que, apesar de aparentemente escancaradas, nos levam ou a lado nenhum ou a sítios já conhecidos.

Entre as explicações de índole «monetarista», as quais tendem a remeter as causas para os factores de decisão endógenos a cada país, as alegadas ou verdadeiras indisciplinas orçamentais, e as explicações de carácter «marxista», «estruturalista» ou «institucionalista», ou ainda do «acumular de contradições» ou do «bloqueio do sistema», as quais normalmente remetem as culpas para os factores exógenos¹⁷, passando pelas ideias da «escolha racional»¹⁸ e a explicação culpabilizadora do afincamento na manutenção do poder patrimonialista, fica-nos quase sempre a ideia de que os autores consultados (ou os autores por eles mesmos referenciados e discutidos) também sabiam (e certamente que sabem já!...) da tendência decrescente da taxa de lucro, explicada por Marx como inerente à lógica de funcionamento da economia de mercado em regime capitalista. Ficou-me também quase sempre a sensação de que, para eles, uma tal característica, ou 'lei' do funcionamento do sistema, não era importante e que, portanto, não havia que daí tirar quaisquer particulares ilações. Como disse Ian Steedman¹⁹ (1981), tratava-se de um falso problema, pelo que as causas finais da crise deviam ser procuradas alhures. Ou então e ainda, como parece sugerir António Mendonça (1987), a «baixa tendencial da taxa de lucro» faria parte da paisagem social e económica em regime capitalista²⁰, na medida em que as crises que ela despoleta são «simplesmente» utilizadas pelas elites dirigentes para a resolução e ultrapassagem das contradições do sistema. Assim sendo, todos nós viveríamos de uma forma «natural» com essa tendência, e dentro do sistema que ela enforma, pelo que a mesma «baixa tendencial» acabaria por tudo e nada explicar.

Nestas condições, e considerando os diversos tipos e categorias de actores sociais intervenientes na crise da economia mundial e dos seus reflexos, na África Subsariana em geral e na África do Sul em particular, esta análise vai ser organizada em três grandes eixos. O primeiro responde à necessidade de proceder à reavaliação crítica das principais ideias ou conceitos e pressupostos

17 Embora não excluam da discussão as responsabilidades das elites dirigentes nacionais por não realizarem, por exemplo, a desconexão relativamente ao centro do sistema.

18 Teoria que procura explicar o comportamento social com base numa série de premissas, designadamente o carácter finalizado do comportamento individual e da sua orientação por objectivos, a hierarquia de preferências, a racionalidade de cálculo na elaboração daquelas hierarquias e na escolha de alternativas de acção.

19 Ainda que noutra contexto...

20 E faz, de facto, exactamente da mesma maneira que a força de gravidade faz parte da paisagem ecológica planetária.

da chamada escola do sistema-mundo, e de verificar como a mesma se debruça em particular sobre problemas que usualmente se consideram do âmbito da teoria política. O segundo eixo dá lugar à discussão das motivações fundamentais dos principais actores sociais envolvidos, designadamente, e sobretudo, as empresas. Faço esta opção por razões teóricas e empíricas, que passo a expor. Revendo a literatura publicada sobre o tema, pude perceber que a teoria da empresa se apresenta como mais uma área em que predomina a polémica e se alinham algumas contradições relativamente quer ao paradigma convencional da economia neoclássica, quer ao papel desempenhado pelas empresas, em geral, e pelas grandes transnacionais²¹, em particular, e respectiva interacção com o actor social que é o Estado. Na África do Sul, as empresas, o seu lançamento e/ou a sua apropriação por parte da comunidade africânder, foram o instrumento preferencial através do qual os africânderes conseguiram, ao longo de mais ou menos sete a oito décadas²², alcançar a paridade com os ingleses. A este respeito importa, obviamente, revisitar alguma da literatura convencional sobre aquelas que se pensam ser as motivações das empresas (em termos genéricos, a teoria da empresa), com especial destaque para a problemática do lucro como motivador da acção. Neste particular contexto da motivação das empresas, e tendo em linha de conta o seu impacto sobre o comportamento global do sistema-mundo, não poderei deixar de discutir, ainda que de forma muito sucinta, a já referida e famigerada problemática questão da tendência (decrecente ou não) da taxa de lucro, a qual queda tendencial funcionaria como uma espécie de força da gravidade do sistema social como um todo.

Finalmente, o terceiro eixo analítico inquirir e procura explicar, utilizando o caso particular da África do Sul, o comportamento social emergente nos diversos grupos de actores sociais, no contexto concreto desse país de capacidade intermédia, tendo em conta a problemática ou o contexto da chamada globalização.

2.2 A escola do sistema-mundo

Começa-se por assinalar a pertinência de uma análise da problemática da África do Sul vista de uma perspectiva histórica mundial, ou seja, o facto de este livro se inserir num campo de estudos em que, na opinião de William Martin (2000), escasseiam as análises dedicadas ao continente africano. Pro-

21 Embora na literatura se encontrem definições distintas entre MNC, ou empresas multinacionais, e TNC, ou empresas transnacionais (termos aliás preferido pelas Nações Unidas), alertamos para o facto de utilizarmos indistintamente os dois termos, na medida em que entendemos que a distinção é de carácter irrelevante para o objectivo deste estudo.

22 Como é evidente, trata-se de definir onde colocar exactamente o arranque e a conclusão do processo. Pela nossa parte, interessa-nos mais o movimento e a tendência geral do processo em si, do que propriamente a exactidão das datas, uma questão que é, aliás, também polémica.

ponho fazer, no capítulo a isso dedicado, uma revisão crítica das ideias convencionalmente associadas à «escola do sistema-mundo»²³. Mas, em termos muito sucintos, posso adiantar que as hipóteses subjacentes ao trabalho aqui apresentado são, basicamente, as seguintes:

a) O actual sistema-mundo é herdeiro natural da evolução parcial e regionalmente delimitada de diversos subsistemas (ou «sistemas-mundo» de menores dimensões, para utilizar a terminologia da escola do sistema-mundo), dos quais aquele que mais veio a marcar a actual configuração do sistema-mundo, foi o subsistema europeu, sendo que este é o resultado da acumulação histórica anteriormente verificada, a partir do subsistema a que chamamos império romano²⁴, o qual, por sua vez, herdou parte da acumulação material e simbólica oriunda da civilização helénica, do Egipto e das civilizações do Médio Oriente, em particular a tradição judaica das ideias de reprodução e acumulação;

b) Os outros subsistemas existentes no planeta à data da transição do império romano para a Europa medieval (tais como o império chinês ou, mais tarde, o otomano, ou ainda as civilizações maia, asteca ou inca, para citar apenas alguns exemplos) acabaram por vir a ser integrados no actual sistema-mundo, por meio de um processo secular que veio a desembocar na actual fase de integração planetária de todas e quaisquer actividades mercantis a que, entretanto, se tornou moda chamar globalização ou, à francesa, mundialização.

Importa esclarecer que tenho, do sistema-mundo, uma ideia que pode ser considerada radicalmente distinta do conjunto de ideias normalmente expressas, formuladas ou implícitas nos trabalhos dos autores²⁵ que se reclamam da escola do sistema-mundo. A esse respeito, é importante começar por reter algumas das ideias mestras que penso poder extrair do pensamento expresso ou implícito nos trabalhos desses autores: a historicidade fundamental de todas as ciências sociais, incluindo-se aí as chamadas ciências económicas; a ênfase no longo e mesmo muito longo prazo, como forma ou esquema relevante de análise; a perspectivação da orgânica do sistema-mundo (enquanto objecto de análise) segundo três tipos de camadas ou estratos em que se agrupam ou encaixam os diversos países ou estados nação que o integram. O modelo supõe, assim, o «centro» (constituído pelo conjunto de países da Europa Ocidental, os EUA, o Canadá e o Japão), a «semiperiferia» (onde se encontram hoje países como a Coreia do Sul, a África do Sul ou o Brasil) e a «periferia» (onde se situam os países menos desenvolvidos). Alguns estudos fazem referência a um quarto estrato ou camada analítica: a *external arena* que seria constituída

23 Referimo-nos mais especificamente à introdução da categoria analítica de «semiperiferia», mas também às críticas formuladas por autores da Teoria da Dependência como, em particular, André Gunder Frank.

24 Aproveitando, naturalmente, os contributos materiais e imateriais com origem em outros subsistemas em expansão, como a do mundo muçulmano ao longo da Baixa Idade Média europeia.

25 Tais como Immanuel Wallerstein ou William Martin, para citar dois dos autores mais relevantes.

por todos aqueles territórios e povos ainda considerados como estando fora do sistema-mundo. Veremos oportunamente que esta é uma das diferenças entre a visão que aqui proponho para a estrutura do sistema-mundo e a visão convencionalmente apresentada.

Relativamente à questão do «longo prazo», verifica-se que, apesar das afirmações de fé nesse sentido, se pode detectar muitas vezes uma perspectiva meramente de curto prazo, em que os elementos da conjuntura são tomados como indicadores fiáveis de uma tendência de fundo ou até de carácter estrutural, senão mesmo sistémica. Tomando uma analogia das chamadas ciências naturais, um terramoto (fenómeno de conjuntura, por excelência) é sempre indicativo de movimentos tectónicos profundos (o longo prazo da geologia), mas parece-me evidente que não é por acontecer este ou aquele tremor de terra, nestas ou naquelas circunstâncias²⁶, que os geólogos põem em causa a chamada «deriva dos continentes».

As palavras de Richard Lee ilustram o que pretendo esclarecer: «Prior “sceptical reassessments” of the idea of progress have been primarily core phenomena occurring in the wake of Kondratieff B-phases, but the structural reversal of expansion and geopolitical change of the present conjuncture make doubts about progress stronger today than previously» (in Hopkins et al., 1996, p. 197). Segundo este autor da escola do sistema-mundo, o mesmo sistema-mundo estaria assim numa fase de retracção, quando em rigor está, segundo a avaliação do autor deste livro, apenas numa fase de redução do ritmo de expansão e acumulação ou, quando muito, numa fase de estagnação, como aliás tem sucedido várias vezes ao longo dos últimos séculos. Por outro lado, a evolução do sistema-mundo ao longo dos últimos séculos parece ser apresentada como se se tratasse de uma peça de teatro em que a acção fosse o resultado das decisões de um autor algo caprichoso que faz com que, a certa altura, os bancos centrais resolvam ter uma maior autonomia face aos seus governos nacionais e passem antes a colocar-se preferencialmente ao serviço de umas tantas grandes empresas transnacionais, ou da sua lógica de funcionamento.

No que diz respeito aos objectivos deste livro, os analistas da escola do sistema-mundo, parecem dar uma acentuada primazia à análise das relações entre os estados nação, dando assim também a ideia de relegarem para posição secundária a análise das relações sociais e económicas que ocorrem no interior dessas entidades. E, no interior das mesmas, desde logo, as motivações das empresas enquanto actores sociais sujeitos a determinados constrangimentos, designadamente a lógica de funcionamento dos mercados. Como observação crítica adicional e a desenvolver adiante, assinalo que este esquema analítico,

26 Por vezes por causas artificiais, como no caso da construção de gigantescas barragens hidráulicas ou explosões nucleares subterrâneas.

o qual atribui um papel preponderante aos actores sociais que são os 'Estados' (na medida em que é o Estado quem, acima de tudo, acaba por definir, conformar e determinar a situação intrínseca ou interna de cada um dos países constituintes do sistema-mundo), faz com que pareçam permanecer fora da análise fenómenos de estruturação do sistema verificados adentro das fronteiras de cada país ou estado nação. Estou a pensar em fenómenos como a chamada 'brasilianização'²⁷ dos Estados Unidos, ou ainda nos fenómenos de acumulação endógena a ocorrerem dentro das fronteiras de países como o Brasil (em particular na região de São Paulo), a Índia ou a China.

Por seu turno a estruturação analítica em três camadas distintas e complementares entre si (o «centro», a «semiperiferia» e a «periferia»), constituídas por países considerados por inteiro, permite elaborar análises e raciocínios segundo os quais, «uns países são explorados por outros países». Porém, em rigor, a exploração de que falam os clássicos da economia política é a simples e pragmática relação entre diferentes classes sociais, relação essa que é expressa de forma matemática entre dois factores produtivos (o «trabalho vivo» e o «trabalho armazenado» ou «capital»²⁸) e a forma como é feita a apropriação do excedente produzido, tudo isto independentemente do sistema de apropriação social, quer da riqueza-património²⁹, quer da riqueza-fluxo³⁰. Ora, como assinala Michael Porter (1993)³¹, não são os países que são competitivos, mas sim as empresas. Acrescente-se a esse respeito que o cenário apresentado é o de as 'nações' concorrerem entre si (procurando, portanto, ser mais competitivas...) para obterem a preferência dos investimentos das empresas, em particular das empresas multinacionais.

No caso da África do Sul, as empresas de propriedade africânder foram, na sua maioria, lançadas pelo poder político, independentemente de considerações de maior ou menor competitividade, quer dessas empresas, quer do país, e tendo como objectivo básico maximizar a taxa de acumulação de capital em mãos da comunidade africânder. Ou seja, ao longo do século xx, não houve, por parte da comunidade africânder, uma especial preocupação em ser «mais competitiva» na atracção de investimento estrangeiro (particularmente para

27 Conceito encontrado em Ulrich Beck (1999) e que quer significar o extremar progressivo da distância entre os, cada vez em menor número, muito mais ricos e os, cada vez em maior número, muito mais pobres. Entram em linha de conta dois factos: a dimensão económica e demográfica do Brasil (o que lhe dá maior visibilidade) e a sua posição (ainda em 1998) entre os 'campeões mundiais' da desigualdade, com um Índice de Gini entre 59,1 e 60,7. Ver em http://www.unep.org/hdr2003/indicator/indic_126_2_1.html ou PNUD 2004.

28 Ironizando, ou jogando ironicamente com um trocadilho de conceitos, poder-se-ia antes falar de «capital humano», para designar o trabalho 'vivo', e «trabalho capitalizado», para designar o trabalho 'morto', e concluir-se que, em rigor, é a posse e controle do «trabalho capitalizado» o que permite a exploração do «capital humano», independentemente de a mesmíssima pessoa ou grupo de pessoas, serem simultaneamente detentores de «capital humano» e de «capital capitalizado».

29 A posse do capital acumulado em resultado do trabalho de gerações anteriores.

30 A apropriação de excedentes gerados, quer a partir da propriedade de capital, quer em resultado de trabalho actual.

31 Paradoxalmente, dado o título da sua obra, A Vantagem Competitiva das Nações (1993).

fora da actividade mineira), até na medida em que tal atracção iria contra os seus interesses, tema a que voltarei mais adiante.

Importa aqui sublinhar que, embora as empresas, enquanto detentoras de «trabalho capitalizado», possam ser associadas (no sentido de se fazer a esse respeito uma associação mental) a alguns países em particular, mais do que a outros, tal não deve dar origem à eventual confusão analítica entre estados e empresas. Por outras palavras, ao pretender 'afinar' o esquema analítico das teorias da dependência, com a introdução do conceito de «semiperiferia», a escola do sistema-mundo parece raciocinar em termos de «classes», e de uma forma algo primária: os capitalistas (o centro), as classes médias (a semiperiferia) e os proletários (a periferia). E é assim que se vêm a encontrar estudos e investigações sobre a proletarização, ou não, da «periferia» (Goldfrank, 1995).

À imagem do esquema analítico desenvolvido e apresentado por Eric Olin Wright (1985), seria certamente mais adequado complexificar mais a análise da estrutura do sistema-mundo e pensar talvez em termos similares aos dos modelos gravitacionais da geografia humana. Mas as críticas mais fundamentais que tenho a fazer às ideias da escola do sistema-mundo (tal como as encontramos expostas na literatura consultada) são ainda de outra natureza. Basicamente parece não haver consciência do facto objectivo e prosaico de que o sistema-mundo, como o temos hoje, é um sistema fechado. A título de ilustração deste raciocínio, note-se que o planeta Terra não tem ainda transacções mercantis com outros planetas do sistema solar. Em linguagem de tipo economicista, dir-se-á que não é mais possível exportar as externalidades do sistema económico mundial. Na linguagem da própria escola do sistema-mundo, dir-se-á que, desde há cerca de cem anos, deixou de haver uma *external arena*. Pode-se, no entanto, argumentar que um dos actuais problemas da política mundial é justamente a tentativa de recriar uma *external arena*, considerando de forma sistemática ou institucional que determinadas regiões do globo estão marginalizadas ou fora do processo da globalização³².

Importa, ainda, assinalar que qualquer sistema socioeconómico que adople³³, como forma principal e determinante de produção e distribuição da riqueza, um sistema de empresas privadas, concorrendo livremente num ou mais mercados não regulados, deve estar preparado para aceitar e/ou enfrentar as consequências lógicas inerentes às regras de comportamento social postuladas e verificadas, na prática, por parte de cada um dos agentes ou actores sociais. Repare-se que, a esse respeito, os analistas da escola do sistema-mundo, parecem por vezes partir do princípio de que estamos perante um fenómeno da

32 Tal perspectiva justificou a crítica de autores, como Samir Amin, ao falarem da não marginalização da África Subsariana. Ver Amin, 2000.

33 Por decisão histórica, consciente ou não, das suas elites.

Natureza (e não de uma construção social), o qual estaria sujeito a determinadas leis naturais, conhecidas ou por descobrir (Hopkins et al., 1996).

2.3 A queda tendencial da taxa de lucro

Referi já que defendo a tese de que a queda tendencial da taxa de lucro, inerente à lógica intrínseca do funcionamento do sistema capitalista, se encontra na origem da crise sistémica em que está mergulhado o sistema-mundo (Fonseca, 1988). E, no entanto, são hoje poucos os autores que continuam a defender a relevância desta temática para a compreensão da crise global e sistémica que se verifica desde há aproximadamente três décadas (Magnus & Cullenberg, 1995). Em todo o caso, a literatura publicada pela escola do sistema-mundo faz frequentes e normalíssimas referências à queda dos lucros, ou da taxa de lucro, em determinadas fases da evolução do sistema e no contexto da discussão das fases A e B dos ciclos de Kondratieff³⁴. Devo, em todo o caso e a este respeito, assinalar aqui a polémica existente (mas actualmente bastante adormecida) relativamente à possibilidade de se poder demonstrar, ou não, a tendência decrescente da taxa de lucro, tendência já assinalada e discutida pelos clássicos da economia política, mas então considerada como sendo inerente, ainda que de forma extrínseca, ao funcionamento do sistema capitalista.

Para os teóricos da escola do sistema-mundo (mas não só, como será evidente) estamos, neste virar de milénio, ainda na continuada descida de uma fase B de um ciclo Kondratieff e à espera da chegada ao ponto de viragem para uma fase A (ou de crescimento e expansão). No entanto, o fenómeno da queda ou redução das taxas de lucro parece ser assumido pela escola do sistema-mundo da mesma maneira que já o era no tempo de Adam Smith e John Stuart Mill: como algo que estava inscrito na natureza das coisas. Só que, certamente em resultado dessa suposta «inserção na natureza das coisas», não são apresentadas explicações sobre as suas causas, a não ser as que resultam de «aglomeração da oferta» ou «diminuição da procura efectiva». Deve reconhecer-se contudo que, se pensarmos em termos de «natureza das coisas sociais e económicas das economias de mercado não reguladas» e se considerarmos também as suas regras de funcionamento, a eventual queda tendencial da taxa de lucro está efectivamente «inscrita na natureza das coisas». A tese subjacente a esta reflexão sobre a situação em que se encontra a

³⁴ *Economista russo do período soviético, banido por Estaline, especialista em história e estatística económica. Pretendeu ter encontrado, nas economias capitalistas, uma tendência de fundo na evolução dos preços dos principais produtos transaccionados. Segundo essa hipótese, a história económica dos países industrializados, ou em vias de industrialização, caracterizava-se por ondas ou ciclos de aproximadamente 50 a 60 anos, com pontos de inflexão a cada período de 25 a 30 anos. O sistema-mundo estaria, assim, em fase de iniciar uma retoma global que, em princípio e em termos genéricos, corresponderia ou seria equivalente aos Trinta Anos Gloriosos situados, mais ou menos, entre 1945 e 1974.*

África Subsariana, em geral, e a África do Sul, em particular, é a de que ela se deve justamente ao efeito remoto da queda tendencial da taxa de lucro, inerente ao funcionamento das economias de mercado não regulamentadas ou não administradas por um «centro regulador». Tenho presente que, em rigor, não existe à face do planeta nenhuma «economia de mercado não regulamentada», pelo que poderá toda esta questão parecer, no mínimo, uma questão bizantina. O problema é que, como já assinalava Stuart Mill (1950), em ciências sociais as leis científicas assumem sempre um carácter tendencial. Quer isto dizer que, independentemente das regulamentações dos mercados³⁵, subjacente a todas estará sempre a tendência de comportamento emergente e inerente às postuladas (mas também verificadas) regras de comportamento dos mercados não regulamentados. Assim sendo, importa então fazer a demonstração do comportamento da referida taxa de lucro, nas condições acima postuladas. Por razões de oportunidade e espaço, limito-me a indicar aqui apenas os termos gerais do problema³⁶.

Basicamente entende-se que o lucro é igual à relação entre a taxa de exploração e a chamada composição orgânica do capital, mais um. Ou, em 'matematiquês' corrente, $r = e / k + 1$. Esta equação é apenas o resultado de uma simplificação algébrica elementar. A taxa de exploração (numerador) resulta de uma relação simples entre, por um lado, o excedente produzido e comercializado em resultado de um processo produtivo e, por outro lado, o chamado salário de subsistência. A polémica sobre a tendência decrescente (ou não) da taxa de lucro existe, entre outras razões, porque o sentido de deslocação da função representada pela fracção acima indicada, seria indeterminado, pois a taxa de exploração (no numerador) aumentaria mais ou menos de acordo com aumentos da composição orgânica do capital, ou k ³⁷. Em termos simples, a questão básica que aqui acaba por se colocar é a do destino a dar, em cada período de tempo, ao excedente económico realizado por um dado grupo social. Em economias ditas primitivas, e até por falta de alternativas tecnologicamente viáveis, esse excedente é periodicamente consumido e utilizado no estabelecimento e/ou reforço de capital simbólico em redes de reciprocidade. Nas sociedades mercantis, esse excedente ou é consumido em luxo e ostentação pelas classes dirigentes, ou reverte para investimentos produtivos. De acordo com uma das iterações do modelo algorítmico acima referido e desenvolvido

35 Regulamentações oriundas de organismos e instituições como a OMC (Organização Mundial do Comércio), de acordos intergovernamentais e de acordos ou convenções entre empresas.

36 Para uma discussão mais detalhada, remete-se o leitor para a leitura do texto por nós publicado sob a forma de uma comunicação ao V Congresso Português de Informática (Fonseca, 1988).

37 Mais adiante, falaremos desta proposta de resolução do problema, quer em termos de análise lógico-histórica, quer em termos de análise matemática. Referiremos também o algoritmo desenvolvido para analisar as diversas hipóteses de evolução da taxa de lucro de acordo com os constrangimentos enunciados, designadamente a taxa de acumulação e a taxa de aumento da produtividade do trabalho.

para o estudo do comportamento da taxa de lucro, se assumirmos como média global para o sistema uma taxa de refluxo do excedente económico de 5%, aos quais corresponda um acréscimo de 5% anuais na produtividade social, verifica-se que o ciclo de abrandamento (ou de retracção aparente do subsistema das empresas), ocorreria sensivelmente ao fim de 25 anos. O que, não deixa de ser curioso, vem quase a coincidir com os ciclos intermédios das ondas longas de Kondratieff³⁸.

Outra observação que resulta também do modelo que aqui referimos, é o surgimento do fenómeno do desemprego ao fim de um determinado número de anos, assim como a necessidade de destruição de estruturas físicas existentes (o já referido «trabalho capitalizado»), por parte do próprio sistema, de modo a recriar no seu interior novas e alargadas fronteiras de expansão. Considerando a dimensão do acentuar do processo de globalização em curso, mas iniciado sensivelmente há quinhentos anos, temos que reconhecer que o comportamento da taxa de lucro tem sido e continua a ser, um elemento determinante para o comportamento do sistema como um todo, ou de qualquer uma das suas fracções ou subsistemas, quando considerados em relativo isolamento. Isto, na medida em que se admita a maximização do lucro como sendo a motivação fundamental das empresas. Note-se que na literatura sobre economia empresarial, a qual pode dizer-se, de certa forma, uma espécie de micro-economia aplicada, têm sido aventadas diversas hipóteses alternativas. Um pouco como se a hipótese aqui adoptada – a da maximização do lucro como objectivo fundamental das empresas – fosse ‘politicamente incorrecta’, pelo que se teria tornado necessário procurar outras explicações para o comportamento social dos empresários e das empresas em que se inserem ou que dirigem³⁹. Nestas condições, considero que há uma relação directa e imediata entre o comportamento da taxa de lucro enquanto média agregada do sistema económico mundial como um todo⁴⁰ e os seus efeitos visíveis, expressos graficamente nas chamadas ondas de Kondratieff. Por outras palavras, as ondas de Kondratieff são, muito provavelmente, a expressão visível do resultado do funcionamento profundo da taxa de lucro agregada, numa economia de mercado não regulada.

Entretanto, uma das consequências a que acima me refiro é a necessidade de expansão permanente, inerente à lógica intrínseca do sistema. Essa expansão pode fazer-se basicamente em duas direcções: ou uma expansão geográ-

38 Não podemos deixar de referir o facto de não termos encontrado, na literatura consultada, a discussão sobre a relação lógica entre uma eventual queda tendencial da taxa de lucro e as curvas de longo prazo de Kondratieff. Ver, por ex., Miller, 1995.

39 Também esta questão será revista brevemente e discutida quando discutimos a motivação das empresas e a sua utilização pelos africanos como instrumento privilegiado no continuado esforço para alcançarem a paridade social e económica com os ingleses.

40 Note-se que as novas tecnologias da informação e da comunicação inerentes à actual fase do processo de globalização, têm acelerado e facilitado, aos diversos agentes ou actores sociais, a rápida compreensão das variações e desvios à almejada taxa média de lucro.

fica, digamos que na horizontal, com a conquista de novos territórios e novas populações, ou uma expansão na vertical, por meio do aumento populacional próprio. Como variante deste segundo tipo de expansão, pode ainda considerar-se o aprofundamento, 'densificação' ou crescimento das necessidades de consumo das populações existentes. O que aqui subjaz é a ideia que, cada uma das fracções isoladas do sistema-mundo, mesmo antes do início da globalização e desde que haja um excedente não consumido em capital simbólico, é a partir de certa altura sujeita à necessidade de expansão para o exterior. Esta necessidade tem também sido o resultado lógico e inelutável da busca incessante de oportunidades de lucro levada a cabo por comerciantes, mercadores e empresas.

2.4 Os actores sociais envolvidos

Uma vez esboçada a traços largos a situação global de enquadramento, podemos avançar para a discussão dos diversos actores sociais envolvidos na evolução recente da África do Sul, discussão essa que levará em linha de conta uma análise mais detalhada do condicionamento social e histórico das suas diversas motivações e actuações ao longo das últimas décadas. A extrema heterogeneidade da população do país, juntamente com as políticas raciais que predominaram neste país ao longo de quase todo o século xx (com raízes, aliás, nos séculos anteriores), tornam, no mínimo, problemática qualquer análise ou categorização de grupos e actores sociais. Por razões de espaço e oportunidade, e tendo em consideração, quer a própria prática corrente encontrada na literatura consultada, quer os objectivos a que nos propomos no corpo deste livro, irei aqui limitar-me aos grandes grupos sociais referenciados na literatura⁴¹.

Consideram-se basicamente três ou quatro grandes grupos de actores sociais. Em primeiro lugar, os africanos nativos, os quais, mesmo se susceptíveis de diversas desagregações (por etnias, por tipos de actividade ou por graus de urbanização, para citar apenas alguns possíveis tipos de categorização), podem em rigor também ser perspectivados como um grupo relativamente homogéneo e com consciência colectiva de si mesmos. Refira-se que, para além desta «consciência colectiva de si mesmos», há que ter em conta a «consciência colectiva» imposta do exterior ou a partir dos outros actores sociais. Pode também pôr-se a hipótese de essa possível desagregação em grupos mais específicos ser diversa e em acordo com o momento histórico em que se processa. Há também aí que considerar quer as elites dirigentes e seus activistas, nome-

41 *Uma análise mais detalhada permite encontrar, no interior de cada grupo referenciado, várias subdivisões em grupos homogéneos de classes e categorias socioprofissionais.*

adamente sindicais, quer os grupos ‘não brancos’⁴² e ‘não africanos,’ designadamente ‘asiáticos’ e *coloureds*.

Segue-se o grupo que engloba os ‘brancos’ (ou ‘europeus’) que, por sua vez, se subdivide em dois grandes subgrupos: os africânderes e os ingleses, para além de pequenas minorias étnicas pouco relevantes no processo histórico social e económico aqui analisado⁴³. Entre os ‘brancos,’ o grupo social cuja actuação nos parece ter sido determinante para a história da África do Sul ao longo do século xx, é efectivamente a fracção considerada *verligte* do grupo africânder, fracção essa cuja composição e perspectivas foram naturalmente variando ao longo das décadas. Dir-se-á que se trata de uma evidência. Não negamos que, numa primeira abordagem, esta nossa constatação pode mesmo parecer banal e não chegar a constituir um problema científico. Aquilo que propomos é, no entanto, uma abordagem algo distinta (ou, pelo menos, pouco comum), no que diz respeito à lógica de comportamento e racionalidade dos africânderes em geral e de uma das suas fracções dirigentes (o grupo *verligte*) em particular. Ao longo da evolução histórica daquilo a que se pode chamar a ‘nação’ africânder sempre se verificaram divergências de mundivisão. Desde logo entre os *Cape Dutch* e os *voortrekkers*, ou seja, entre os descendentes dos primeiros colonos que, urbanizados, optaram por aceitar o poder político britânico e a sua hegemonia social, e os bôeres⁴⁴ que optaram por emigrar para as terras do interior, procurando escapar à referida hegemonia, vindo assim a dar origem à designação de um novo grupo ou categoria social, os *voortrekkers*⁴⁵. Defendo, como já referi, a tese de que o fim do *apartheid* aconteceu, quando e como aconteceu, porque os reformistas africânderes, tendo alcançado a paridade social e económica com os ingleses, decidiram aproveitar uma janela de oportunidade que se lhes oferecia, dada a situação de relativo *stalemate* (ou situação de empate) a que se tinha chegado em meados dos anos oitenta.

Como é natural, o chamado grupo *verligte* surge aqui como um constructo teórico de significado pouco preciso, até na medida em que a sua composição tem variado ao longo do tempo. Sendo assim, importa esclarecer o que se entende por *verligte*. Não tenho como estabelecer a data exacta (ou mesmo aproximada) em que a expressão terá começado a aparecer na literatura sobre a África do Sul. A literatura consultada e a imprensa parecem apontar para o início dos anos sessenta. No entanto, julgo não ofender nenhum dos cânones estabelecidos em ciências sociais se disser que *verligte* sempre houve e haverá em todas as sociedades minimamente expostas ao contacto com outras. En-

42 No caso específico da África do Sul, na literatura de língua inglesa, é mais comum encontrar a expressão *black* para designar em conjunto as pessoas de etnias africanas (os ‘negros’), os asiáticos e os *coloureds*.

43 Embora se possa assinalar o papel importante desempenhado pelos capitalistas de origem judaica.

44 Agricultores ou camponeses.

45 Aqueles que vão em frente, em busca de novas terras ou novos caminhos, lembrando os bandeirantes do Brasil.

tendo, então, aqui, por *verligte* aquela fracção de uma qualquer sociedade que, por diversas razões, está mais em contacto com realidades sociais alternativas e encara com relativa naturalidade a existência de formas diversas de organização social. Pela negativa, dir-se-á que os *verligte* não sofrem de xenofobia e encaram com pragmatismo as hipóteses de alteração da estrutura ou forma de organização social, designadamente no que diz respeito à produção e distribuição da riqueza⁴⁶. Em todo o caso, deve acrescentar-se que, no caso da África do Sul, os elementos que vêm a constituir o grupo social *verligte* têm, como principal característica comum, um elevado grau de cosmopolitismo, o qual foi sendo adquirido e desenvolvido através do contacto regular com outras culturas e realidades sociais. Este cosmopolitismo contrasta com a perspectiva paroquial dos camponeses ou *bôeres*, vivendo predominantemente em regime de autarcia social e económica. É assim que, ao longo de diversos percursos de vida e em contacto com outras realidades, é natural vir a encontrar *africânderes* que, tendo começado por um posicionamento de tipo *verkrampte*, vêm a evoluir para posições de tipo *verligte*. Ao nível da comunidade *africânder* como um todo, essa foi mesmo a evolução predominante e prosseguida ao longo do século xx.

Importa entretanto assinalar um aspecto que me parece fundamental para a substância deste livro e da sua tese central, designadamente o facto de a racionalidade dos *africânderes* dever ser sempre analisada levando em linha de conta o seu objectivo primário: alcançar a paridade cultural, social e económica com o grupo branco minoritário e que na África do Sul representava o poder imperial.

Ao longo da recensão bibliográfica efectuada, encontrei repetidas referências ao problema dos *poor whites* e à forma como a resolução deste problema implicou uma política laboral, imposta pelos sucessivos governos, quer da União, quer da República, às companhias mineiras, política laboral essa que tinha vários objectivos: em primeiro lugar, garantir a prioridade de emprego aos trabalhadores desempregados brancos (leia-se, '*africânderes bôeres*'), para resolver o problema dos *poor whites*⁴⁷; em segundo lugar, garantir a reserva de trabalho qualificado para técnicos e operários mineiros brancos imigrantes, de modo a garantir a permanência dos *africânderes* no poder político através do voto da esmagadora maioria dos trabalhadores brancos⁴⁸; em terceiro lugar, impedir ou desencorajar a imigração de trabalhadores brancos de origem

46 Entendemos que os primeiros ou principais *africânderes verligte*, já no séc. XX, foram os Generais Louis Botha e Jan Smuts, em particular este último.

47 Na sequência das descobertas mineiras no Transvaal, em particular a seguir ao fim da Segunda Guerra dos *Bôeres*, verifica-se uma profunda reestruturação social em que afluem, às novas cidades, camponeses e trabalhadores rurais brancos, desempregados e praticamente sem qualificações.

48 Além do peso desproporcional dos distritos eleitorais agrícolas, predominantemente *africânderes*, como veremos, aliás, adiante.

inglesa, de modo a garantir a continuidade da maioria africânder (população de origem maioritariamente holandesa), no seio da população branca. Como veremos mais adiante, com a resolução do problema dos *poor whites*⁴⁹, o poder político africânder veio a garantir uma fonte de recolha de poupanças domésticas, numa base de solidariedade étnica. Por outro lado, e como é também assinalado por diversos autores, se a política laboral, imposta às companhias mineiras pelo poder africânder, tivesse sempre sido *colour-blind*⁵⁰, juntamente com uma não discriminação fiscal em relação às mesmas companhias mineiras, então ter-se-ia verificado uma muito maior lucratividade empresarial nas companhias mineiras. A questão está em que uma tal maior lucratividade na actividade mineira teria encorajado, ou mesmo exigido, maiores níveis de actividade e, por conseguinte, a necessidade de recorrer a mais mão-de-obra qualificada, que acabaria por ter que ser ‘importada’ de países de língua inglesa com tradição mineira. Este facto é referido pelos autores consultados como tendo sido discutido e defendido em relatórios de diversas comissões governamentais nomeadas para estudar os diversos problemas da indústria mineira, ao longo dos anos (Horwitz, 1967). O facto que aqui e agora releva sublinhar, e que não encontrei analisado na literatura consultada, é que aquilo que interessava aos sucessivos governos africânderes não era propriamente, ou exactamente, o aumento demográfico da população branca da África do Sul. Havia, por parte dos dirigentes africânderes, uma amarga e aguda percepção de que esse aumento, a ser conseguido por via da imigração, só teria como resultado a diluição dos africânderes numa população predominantemente anglófona, com a agravante de que os melhores e mais bem pagos postos de trabalho seriam ocupados por ingleses, como aliás sempre sucedera até aí. Este resultado lógico ia contra o seu objectivo básico e primordial. Na perspectiva dos dirigentes políticos africânderes, a lógica própria e inerente ao funcionamento do sistema capitalista (já então claramente discutida nos meios políticos e académicos da África do Sul) levava, segundo a própria percepção dos dirigentes africânderes, note-se, à acentuação das diferenças sociais e económicas já então constatadas entre sul-africanos africânderes e ingleses. Neste quadro, a subsunção dos africânderes no grupo social mais alargado dos ‘brancos’ proposta pelos autores consultados, surge como um erro analítico; com efeito, esses autores, adoptando a metodologia própria do paradigma neoclássico em economia, como que passam ao lado das motivações próprias e específicas do grupo social africânder. É também assim que se pode entender algum do espanto encontrado na literatura (incluindo nos meios académicos) perante o

49 *Repta-se que eram quase exclusivamente bôeres.*

50 *Ou seja, ignorasse a origem racial dos trabalhadores.*

chamado 'milagre' da transição pacífica para o regime de democracia plurirracial verificado em 1994.